

# A DIMENSÃO EXTERNA DA SEGURANÇA INTERNA NAS RELAÇÕES ENTRE A FRANÇA E A TUNÍSIA<sup>1</sup>

Verónica Martins

É já num mundo pós-bipolar que os livros brancos da defesa e segurança nacional franceses de 1994 e 2008 colocam em evidência várias ameaças, entre as quais destacamos os movimentos radicais, étnicos, religiosos e ideológicos. Estes são ainda mais explícitos ao mencionar especificamente o terrorismo islâmico e o «djihadismo» enquanto ameaças para a segurança nacional<sup>2</sup>. Além disso, apesar de não identificadas diretamente como ameaças, o Livro Branco de 1994 já enquadrava a estratégia de defesa da França tendo em conta a evolução demográfica, as deslocamentos de populações derivadas de desigualdades, de «antagonismos regionais» e outras possíveis crises que poderiam alimentar a imigração e a sua exploração<sup>3</sup>.

As considerações securitárias constituíram uma constante nas relações bilaterais franco-tunisinas embora a imigração não tenha assumido a mesma importância que a luta contra o terrorismo<sup>4</sup>. Este artigo irá incidir sobre as relações existentes entre a França e a Tunísia nessas duas temáticas, sem esquecer a ação da União Europeia (UE) nestas áreas através da Parceria Euro-Mediterrânica e da Política Europeia de Vizinhança e que, de facto, contribuiu para um movimento de europeização por «projeção»<sup>5</sup> e por «recepção»<sup>6</sup> das dimensões migratórias e de luta anti-terrorista da política externa francesa. Por conseguinte, neste artigo, utilizaremos uma definição de europeização da política externa que assume a interação entre os níveis europeu e nacional e que resulta parcialmente da definição e classificação de Reuben Wong<sup>7</sup>, mas que procede

## RESUMO

As considerações securitárias constituíram uma constante nas relações bilaterais franco-tunisinas, mas têm também assumido uma importância crescente ao nível europeu. Através de uma análise discursiva, este artigo procura averiguar a existência de uma europeização nas relações franco-tunisinas ao nível bilateral e europeu relativamente às questões da imigração e da luta contra o terrorismo. A bilateralização predomina claramente, mas ocorreu uma europeização bidirecional progressiva no sentido de reforçar a política francesa para o controlo dos fluxos migratórios. Ademais, apesar de uma cooperação incipiente, a França apoia a promoção da luta contra o terrorismo na política externa europeia para desenvolver um diálogo político ao nível da UE.

Palavras-chave: França, Tunísia, europeização, segurança

## ABSTRACT

### THE EXTERNAL SECURITY DIMENSION IN THE FRANCE-TUNISIA RELATIONS

Security concerns have always been present in the bilateral relations



between France and Tunisia but they also turned out to be increasingly important at the European level. Through discourse analysis, this article aimed at looking for evidences of Europeanisation in the Franco-Tunisian relations both at the bilateral and European level as far as immigration and fight against terrorism is concerned. Bilateralisation clearly predominates, but progressive europeanisation took place in order to strengthen the French immigration control policy. Furthermore, although the cooperation is incipient, France supports fight against terrorism in the European foreign policy so as to develop political dialogue at the EU level.

*Keywords:* France, Tunisia, Europeanisation, security

principalmente da combinação das definições de Radaelli e de Bulmer e Burch:

«Um processo que contém duas dimensões, i.e., a projeção das preferências nacionais para o nível europeu e lateralmente entre estados e a receção de regras formais e informais, de procedimentos, de “formas de fazer”, de preferências, de normas e crenças partilhadas consolidados ao nível europeu e incorporados nos discursos e políticas nacionais.»<sup>8</sup>

Podemos, à luz dessa definição, afirmar que as relações bilaterais entre a França e a Tunísia foram europeizadas? Através de uma análise discursiva<sup>9</sup> de fontes primárias, nomeadamente os discursos oficiais e entrevistas, mas também de fontes secundárias, procuraremos identificar a presença de europeização nas relações bilaterais, assim

como a importância que aquelas questões de segurança interna têm adquirido tanto nas relações franco-tunisinhas como nas euro-tunisinhas com o contributo da França à luz dos objetivos e instrumentos durante esta última década. Neste sentido, atentaremos na importância da imigração e da luta contra o terrorismo para a França e contextualizaremos a evolução das relações franco-tunisinhas, em geral. Num segundo momento, iremos analisar especificamente a questão migratória do ponto de vista bilateral e ao nível europeu para, de seguida, se proceder da mesma forma à questão da luta contra o terrorismo.

## **A IMPORTÂNCIA DAS QUESTÕES MIGRATÓRIA E TERRORISTA NA AGENDA DA FRANÇA A PARTIR DOS ANOS 2000**

O objetivo principal da política migratória francesa pode ser resumido à necessidade de uma gestão controlada da imigração, para além de uma integração bem-sucedida, implicando uma estratégia racionalista de europeização por projeção no sentido de obter «instrumentos suplementares» para satisfazer os seus interesses nacionais<sup>10</sup>.

Durante a década de 2000, o debate sobre a imigração foi sustentado pela classe política e tornou-se um tema recorrente nas campanhas eleitorais francesas desde 2002<sup>11</sup>, nomeadamente com a passagem da Frente Nacional à segunda volta das presidenciais<sup>12</sup>. Desde o início do seu mandato como ministro do Interior, Nicolas Sarkozy afirmou na Assembleia Nacional querer abordar *a priori* as questões ligadas à segurança<sup>13</sup>, incluindo nestas a imigração clandestina<sup>14</sup>. Nesse sentido, a partir de 2003 instaurou quotas de expulsões. A Lei 2007-1631 de 20 de novembro fixou, por sua vez, objetivos pouco realistas em matéria de reunificação familiar e de imigração profissional. No entanto, com a criação do Ministério da Imigração, da Integração, da Identidade Nacional e do

Desenvolvimento Solidário pelo então Presidente Sarkozy, Brice Hortefeux comprometeu-se a atingir esses objetivos. Eis um sinal evidente de continuidade na política de Nicolas Sarkozy que sublinhou o facto de que uma imigração descontrolada e não integrada poderia ser perigosa para a identidade do Estado. Na verdade, esta tendência restritiva parece persistir, mesmo após a chegada do Partido Socialista ao poder, já que o atual ministro do Interior, Manuel Valls, também já evocou a possibilidade de reformar o sistema de reunificação familiar<sup>15</sup>.

Quanto à questão da luta contra o terrorismo, a França já foi alvo de atentados islâmicos nos anos 1990 e permanece um «alvo potencial»<sup>16</sup> da Al-Qaeda<sup>17</sup> (entre outros). O Governo francês reagiu à vaga de atentados de 1995 e 1996 modificando a lei de 1986 com as leis de 22 de julho e 30 de dezembro de 1996<sup>18</sup>. O dispositivo francês não mudou substancialmente depois do 11 de setembro<sup>19</sup>, tendo este país recebido, até 2006, nada menos que nove comunicados com a finalidade de castigar, por razões como a presença de militares franceses em «terras muçulmanas» ou ainda a lei de 15 de março de 2004 sobre os sinais religiosos na escola, entre outras<sup>20</sup>. Por forma a completar a legislação anterior, o Governo francês produziu igualmente a lei de 18 de março de 2003<sup>21</sup> e a de 9 de março de 2004 sobre a adaptação da justiça às novas formas de criminalidade<sup>22</sup> que transpôs a decisão-quadro relativa ao mandato de captura europeu 2002/584/JAI enquanto a decisão-quadro 2002/475/JAI foi indiretamente transposta por intermédio da lei sobre a prevenção e repressão do terrorismo<sup>23</sup>. Eis, por conseguinte, um exemplo de europeização descendente da legislação francesa por «absorção». Este ímpeto foi alimentado pelos atentados de Madrid e de Londres que mudaram mais significativamente a paisagem antiterrorista francesa<sup>24</sup>, pois os ensinamentos operacionais recolhidos após os atentados de 2004 e 2005 motivaram a adoção da lei de 23 de janeiro de 2006<sup>25</sup>.

#### AS RELAÇÕES FRANCO-TUNISINAS

Depois de um resumo quanto à importância que a luta contra o terrorismo e a imigração têm assumido em França, veremos de seguida a situação nas relações franco-tunisinas onde as temáticas são subjacentes. Com efeito, logo após a chegada do Presidente Ben Ali ao poder em 1989, este iniciou uma luta implacável contra os islamitas d'Ennahda, com o apoio incondicional dos ocidentais em geral, e da França em particular<sup>26</sup>. O perigo de contágio era o maior receio, em particular a possibilidade de ver a Tunísia tornar-se uma base de retaguarda para o Exército Islâmico de Salvação e dos combatentes do Grupo Islâmico<sup>27</sup>.

Apesar de relações tensas ligadas essencialmente à questão do respeito dos direitos humanos<sup>28</sup>, a reeleição de Jacques Chirac em 2002 foi bem acolhida pelo Presidente Ben Ali que, de várias maneiras, «sabia como ameaçar Paris sempre que a pressão para uma reforma democrática se tornava demasiado forte»<sup>29</sup>.

Como o seu antecessor, Nicolas Sarkozy também não procurou «dar lições» moralizadoras e foi bastante discreto no que diz respeito aos direitos humanos, apesar de,

à sua chegada à presidência, ter anunciado querer colocar os direitos humanos no topo da sua diplomacia<sup>30</sup>. Se, por um lado, o Presidente francês conseguiu reforçar as relações bilaterais, em particular no campo económico, por outro, as suas visitas à Tunísia em julho de 2007 e abril de 2008 foram muito criticadas pelas associações defensoras dos direitos humanos<sup>31</sup>. De facto, Nicolas Sarkozy considerou que, apesar das críticas feitas, a Tunísia estava «a caminhar para a democracia» e que um país que luta eficazmente contra o terrorismo não deveria ser condenado<sup>32</sup>. Contudo, as relações deterioraram-se quando a França não apoiou o início da revolução em janeiro de 2011.

Tanto Nicolas Sarkozy como François Hollande colocaram o Mediterrâneo numa posição de destaque na sua agenda de política externa, apesar de Hollande estar confrontado com novas prioridades como as crises financeira, ambiental e nuclear e suas consequências<sup>33</sup>. No entanto, o *path dependency* criado pela história conduziu a uma «aderência» (*stickiness*) da agenda. É a razão pela qual o Presidente Hollande procurou revigorar a relação com a Tunísia. Como foi sublinhado pela imprensa internacional, logo em julho de 2012, François Hollande recebeu calorosamente o Presidente tunisino Marzouki de forma a compensar a atitude contestável do seu antecessor durante a revolução<sup>34</sup>.

### **OS ACORDOS BILATERAIS NA DIMENSÃO MIGRATÓRIA**

O resumo apresentado anteriormente aponta para um esforço em manter uma relação estável e cordial entre os dois estados, esforço que exige o desenvolvimento de certos instrumentos. Como foi realçado por Christopher Hill, os recursos dos estados devem ser transformados em capacidades para atingirem o nível de instrumentos<sup>35</sup> de natureza económica, política, cultural e militar<sup>36</sup>, ou seja, para operacionalizar os recursos. Seguindo a classificação deste mesmo autor, nesta última década, verifica-se que a França, face aos instrumentos utilizados, procurou exercer uma influência (e não poder) sobre a Tunísia<sup>37</sup>.

De facto, a fase de redinamização das relações franco-tunisinas iniciou-se em 2003 com a visita de Jacques Chirac em dezembro, mas o Documento-Quadro de Parceria (DQP) para o período 2006-2010 só foi assinado em maio de 2006 durante a visita do primeiro-

ministro tunisino a Paris<sup>38</sup>. Neste acordo, a estratégia é global e visa reforçar e estender o nivelamento do setor produtivo, melhorar e desenvolver as infraestruturas de base, apoiar a edificação de uma «sociedade do saber», com a modernização do ensino superior financiado por fundos MEDA<sup>39</sup>, isto no sentido de apoiar a juventude tunisina e «travar» o desejo ou, mais ainda, a necessidade

de emigrar. Neste caso, os fundos europeus são utilizados de facto como um instrumento suplementar para a estratégia do Governo francês.

A FASE DE REDINAMIZAÇÃO DAS RELAÇÕES FRANCO-TUNISINAS INICIOU-SE EM 2003 COM A VISITA DE JACQUES CHIRAC, MAS O DOCUMENTO-QUADRO DE PARCERIA (DQP) PARA O PERÍODO 2006-2010 SÓ FOI ASSINADO EM MAIO DE 2006 DURANTE A VISITA DO PRIMEIRO-MINISTRO TUNISINO A PARIS.

Os vistos ocupam um lugar central nas relações franco-tunisinas<sup>40</sup>, embora os tunisinos não estejam submetidos à cláusula de consultação prévia para os vistos de curta duração. Além disso:

«A Tunísia não compreende o problema da administração francesa que não consegue fazer a diferença entre aqueles que necessitam viajar frequentemente por razões profissionais como os empresários, os investigadores [...] mas que não procuram instalar-se e os imigrantes que vão para França com o objetivo de ficarem, muitas vezes como clandestinos. Esta incapacidade da administração criou desde sempre um mal-estar, ainda hoje.»<sup>41</sup>

A questão dos vistos é, assim, quase sistematicamente abordada pela parte tunisina, argumentando que é cada vez mais difícil obtê-los<sup>42</sup>. Contudo, durante a sua viagem a Tunes em 2005, e na linha de uma política mais restritiva assumida pelo Governo, Jean-Pierre Raffarin mencionou a utilidade da ideia de «quotas recíprocas» no âmbito de uma imigração «coescolhida»<sup>43</sup>, fazendo eco ao conceito de «imigração escolhida»<sup>44</sup>, criado pelo antigo ministro do Interior Nicolas Sarkozy. Ademais, as relações entre os ministérios da Administração Interna degradaram-se depois de a Tunísia ter decidido suspender toda a cooperação técnica e operacional a partir de novembro de 2005<sup>45</sup>.

A cooperação bilateral conheceu um grande desenvolvimento no que diz respeito à imigração com o acordo-quadro de «gestão concertada das migrações e desenvolvimento solidário»<sup>46</sup> assinado em Tunes a 28 de abril de 2008. O acordo contém dois protocolos de aplicação, um relativo à gestão dos fluxos migratórios e outro ao desenvolvimento solidário, e trata de três vertentes indissociáveis: a gestão da imigração legal, a luta contra a imigração ilegal e o desenvolvimento solidário<sup>47</sup>. Será, no entanto, possível afirmar que os tunisinos puderam usufruir de um aumento de vistos? Embora o aumento não seja permanente – 81 122 em 2011 e 82 221 em 2010 – houve de facto um crescimento do número de vistos concedidos desde 2008<sup>48</sup>. Além disso, em 2010, o acordo de gestão concertada de fluxos conheceu novos desenvolvimentos com a assinatura, em Tunes, de um acordo em matéria de imigração clandestina para a «entrega de equipamentos e material»<sup>49</sup>.

Finalmente, com a revolução tunisina de 2011, os receios das autoridades francesas aumentaram. Com efeito, a pressão migratória ilegal era menor do que a dos outros dois estados magrebins<sup>50</sup>, mas as estatísticas para 2011 indicavam que as autoridades europeias tinham intercetado o dobro de migrantes irregulares nas passagens por Itália e Malta<sup>51</sup>. E, de acordo com o ministro dos Negócios Estrangeiros italiano, «[P]elo menos 18 000 imigrantes tunisinos partiriam imediatamente para França» o que levou a França a fechar a fronteira italo-francesa, em vez de mostrar uma certa solidariedade com a Itália, provocando tensões diplomáticas entre os dois países<sup>52</sup>.

## A IMIGRAÇÃO: FRANÇA E TUNÍSIA AO NÍVEL EUROPEU

Vimos até agora que, na dimensão da imigração, a relação entre os dois estados permanece fortemente bilateralizada. Contudo, não podemos ignorar os desenvolvimentos ocorridos ao nível europeu que, apesar de serem ainda escassos, têm servido os interesses franceses. De facto, a Declaração de Barcelona já integrava objetivos em

A DECLARAÇÃO DE BARCELONA JÁ INTEGRAVA OBJETIVOS EM MATÉRIA JAI, MAS OS DESENVOLVIMENTOS SÓ FORAM POSSÍVEIS APÓS A RATIFICAÇÃO DO TRATADO DE AMESTERDÃO QUE CONFERIU COMPETÊNCIAS À COMUNIDADE EUROPEIA AO NÍVEL INTERNACIONAL, CRIANDO UMA OPORTUNIDADE INTERNA PARA UMA AÇÃO EXTERNA.

matéria JAI, mas os desenvolvimentos só foram possíveis após a ratificação do Tratado de Amesterdão que conferiu competências à Comunidade Europeia ao nível internacional, criando uma oportunidade interna para uma ação externa.

No que respeita à imigração, a Tunísia teve sempre tendência em considerar a questão como sendo um assunto de política interna, não demonstrando particular vontade em

cooperar ao nível europeu. Como foi afirmado por um funcionário do Conselho de Ministros da UE, «as cooperações Itália-Tunísia/França-Tunísia fazem parte das cooperações que funcionam muito bem e que são quase exemplos para outros»<sup>53</sup>. Apesar de se mostrar reticente quanto à imigração ilegal, a Tunísia apoiou as vertentes da emigração legal e do codesenvolvimento<sup>54</sup>. Neste sentido, tanto a França como a Tunísia têm participado nas formações organizadas no âmbito da Política de Vizinhança, ao abrigo do EUROMED, em matéria de imigração irregular<sup>55</sup>. Estas formações contra a imigração clandestina aparecem assim como um instrumento complementar para a França na sua relação com a Tunísia, refletindo igualmente uma preocupação comum com os outros estados europeus e constituindo outro exemplo de europeização por projeção onde a França se posiciona como *policy supporter* e *policy shaper*.

Podemos afirmar que a cooperação multilateral no quadro europeu tem coexistido com as ações bilaterais o que revela simultaneamente uma europeização por projeção e por receção. A França tem participado nas ações da FRONTTEX<sup>56</sup> e empenhou-se com os outros sete estados europeus que também concedem passaportes biométricos, experiência incentivada pela Comissão Europeia<sup>57</sup>. Finalmente, não podemos esquecer que Nicolas Sarkozy manifestou claramente a sua vontade de promover uma política comum para a concessão de vistos (criando uma rede consular única entre os estados-membros) e no que diz respeito às obrigações quanto à regularização e ao afastamento dos clandestinos, com a adoção de um pacto de imigração europeu, mas em particular entre os estados europeus de imigração mais importantes<sup>58</sup>. A adoção do Pacto Europeu sobre a Imigração e o Asilo em outubro de 2008<sup>59</sup> demonstra ser uma expressão clara de uma europeização por projeção no sentido de acelerar a ação europeia.

Com o início da primavera árabe, a UE teve a oportunidade de mostrar que poderia desenvolver uma série de iniciativas para apoiar os estados que iniciaram um movimento de

revolução. Em 2011, a Comissão lançou os Diálogos sobre a Migração, a Mobilidade e a Segurança com o intuito de concluir parcerias para a mobilidade com a Tunísia e Marrocos, cujas discussões preparatórias ainda estão a decorrer. Logo que as parcerias para a mobilidade estejam concluídas, a UE procurará obter mandatos dos estados-membros para negociações relativas aos acordos de readmissão e aos acordos de facilitação de vistos. Nas suas comunicações de maio de 2012, a Comissão apresentou uma série de propostas políticas e de medidas operacionais relativas, entre outras questões, às migrações e à mobilidade<sup>60</sup>. As propostas foram validadas pelo Conselho Europeu em junho do mesmo ano e a UE procurou encetar rapidamente diálogos sobre as migrações, a mobilidade e a segurança com a Tunísia e com Marrocos no início de outubro<sup>61</sup>.

### **A COOPERAÇÃO BILATERAL EM MATÉRIA DE TERRORISMO**

A França mantém boas relações com vários países do Magrebe e o Machrek<sup>62</sup> e consolidou a sua cooperação no Magrebe no âmbito específico da segurança interna para poder fazer frente aos fenómenos transnacionais. Apesar de a Tunísia ter vivido ao abrigo dos atentados terroristas até 2002<sup>63</sup>, de certa forma, os atentados de 11 de setembro tiveram um «efeito de sorte para o regime tunisino»<sup>64</sup>. Efetivamente, o compromisso da comunidade internacional na luta antiterrorista confortou a Tunísia, mas também a Argélia e Marrocos, nos seus combates contra os «movimentos integristas» pois, de acordo com o Presidente Ben Ali, «o integrismo gera o terrorismo»<sup>65</sup>. Além disso, apesar de não haver na Líbia ou na Argélia uma «organização nacional», como em Marrocos, isto não exclui a existência de redes locais «adormecidas», de células de recrutamento e de apoio logístico<sup>66</sup>.

A França e a Tunísia estão ligadas igualmente por uma convenção judiciária de ajuda mútua em matéria penal e extradição e por um protocolo adicional de junho de 1972 assinados pelos ministros dos Negócios Estrangeiros, os quais se encontram desatualizados, o que implica algumas limitações e reflete as reservas da Tunísia na matéria. Os dois estados assinaram também um acordo em matéria de segurança interna a 7 de março de 1988<sup>67</sup>, mas a Tunísia permaneceu um país reticente à cooperação, desejando evitar a ingerência externa. Contrariamente aos outros estados magrebinos, não houve atualização do acordo de 1988, o que implica algumas limitações em termos de cooperação face à complexificação das ameaças transnacionais depois do fim da Guerra Fria. Em 1998, um acordo (segurança/polícia) foi assinado para desenvolver ações de formação no âmbito policial, incluindo a luta contra o terrorismo e as formações técnicas no campo da polícia científica e técnica<sup>68</sup>. Além disso, foi necessário esperar os atentados de Djerba para verificar uma dinamização das atividades entre os dois estados<sup>69</sup>. De facto, Nicolas Sarkozy anunciou em novembro de 2002 o desmantelamento da célula familiar de apoio logístico a Nizar Naouar<sup>70</sup>. Contudo, se no caso de Marrocos os atentados de 2003 despertaram para a necessidade de ter pessoal qualificado na área da polícia técnica<sup>71</sup>,

a cooperação com a Guarda Nacional Tunisina era muito inconstante por causa da Tunísia<sup>72</sup>. Por outras palavras, «no que respeita à cooperação operacional, é quase inexistente pois eles não respondem quase nunca»<sup>73</sup>.

Como já vimos, o DQP assinado em 2006 inclui medidas gerais no que respeita à imigração, mas também inclui medidas para modernizar o setor público, nomeadamente a melhoria das competências da polícia tunisina por intermédio de um apoio específico à ação do serviço de cooperação técnica internacional da polícia com o intuito de melhorar as competências da polícia tunisina no âmbito de polícia científica, de luta contra o terrorismo e tráfico em larga escala<sup>74</sup>.

Desde a sua eleição, o Presidente Hollande encontrou-se repetidas vezes com o Presidente Marzouki<sup>75</sup>, pois a revolução tunisina tornou-se um fator de aproximação entre os dois estados e povos<sup>76</sup>. Durante a sua última visita, François Hollande declarou que nenhum país podia combater o terrorismo de forma isolada, sendo que os grupos terroristas não constituem um perigo apenas para os estados implicados ou os vizinhos mas uma ameaça para toda a África e Europa<sup>77</sup>. Nesse sentido, o Presidente manifestou o desejo de intensificar a cooperação com a Tunísia na luta contra o terrorismo e mencionou que a França poderia fornecer «material» para combater o terrorismo, sem no entanto entrar em pormenores<sup>78</sup>. Além disso, François Hollande propôs reduzir a dívida da Tunísia de 1,3 mil milhões de dólares, valor que tenciona reinvestir em projetos de desenvolvimento<sup>79</sup>. Esta estratégia veio apoiar a sua afirmação segundo a qual a Tunísia conseguiu demonstrar que o islão e a democracia são compatíveis e que o país era um símbolo de esperança para a região<sup>80</sup>. Em termos políticos, atualmente, a relação entre os dois estados conhece uma fase favorável.

#### FRANÇA E TUNÍSIA AO NÍVEL EUROPEU: COOPERAÇÃO NA LUTA ANTITERRORISTA

Hervé de Charette exprimiu-se claramente sobre a ideia de tratar no âmbito da parceria euro-mediterrânica questões como o islamismo e o terrorismo, no sentido de incentivar os estados que professam o islamismo moderado, pois acreditava que a parceria poderia, com o tempo, tornar-se um instrumento eficaz para lutar contra os flagelos do extremismo religioso e da xenofobia<sup>81</sup>. A França pretendia, para isso, desenvolver uma melhor cooperação baseada em grupos de trabalho operacionais<sup>82</sup>. Além disso, a França encarava a política mediterrânica como um instrumento que poderia reforçar o seu papel na política externa da UE<sup>83</sup>. Contudo, «a França não precisa do nível europeu relativamente aos estados do Magrebe. Os contactos são regulares e houve um aumento da intensidade, nomeadamente, com os atentados de Paris e depois com os atentados no Magrebe e em Madrid»<sup>84</sup>.

No entanto, a França também promoveu várias iniciativas na área da justiça e dos assuntos internos durante as suas presidências em 2000 e 2008, como uma reunião



de alto nível sobre a temática do Estado de direito, a terceira reunião de alto nível sobre a questão do terrorismo (19 de outubro), um seminário de ontologia policial<sup>85</sup>; ou ainda, para a segunda, um seminário «EUROJUST, as Equipas Comuns de Investigação e Mutualização dos Procedimentos» (17-18 de julho), uma reunião «A Cooperação entre as Nações Unidas e a União Europeia em Matéria de Gestão de Crises e de Segurança» (20-22 de outubro)<sup>86</sup>. De facto, Jacques Chirac declarou que a UE é «o nível adequado para proteger os cidadãos contra o terrorismo e o crime organizado. Hoje mais ainda, a Europa é ao mesmo tempo uma evidência, uma necessidade e uma urgência»<sup>87</sup>. Contudo, de acordo com um especialista, «a vertente operacional não deve ser alargada pois a ação ocorre geralmente na confidencialidade e no segredo, demasiados atores podem prejudicar a eficácia»<sup>88</sup>. Com a PEV, a UE conseguiu evidenciar o aspeto securitário na sua relação com a Tunísia nos últimos anos, pois esta perdeu o seu lugar de «bom aluno» por causa da sua falta de investimento na dimensão política<sup>89</sup>. Apesar de se inscrever na continuação do Acordo de Associação com uma forte componente económica, o Plano de Ação de Vizinhança permitiu conferir mais peso ao aspeto político (democracia e Estado de direito, direitos humanos)<sup>90</sup> e securitário (cooperação nos domínios da prevenção de conflitos e gestão de crises, assim como a continuação da cooperação na luta contra o terrorismo)<sup>91</sup> no Documento de Estratégia 2007-2013.

Assim, a questão do terrorismo conquistou progressivamente o seu lugar na parceria, em particular com a adoção do Código de Conduta Antiterrorista durante a Cimeira de Barcelona de novembro de 2005<sup>92</sup>. Embora a política euro-mediterrânica seja complementar em relação à estratégia francesa, as relações bilaterais permanecem centrais no que respeita aos estados do Magrebe e a participação francesa nos projetos financiados com fundos europeus mantém-se pontual<sup>93</sup>. Neste contexto, a França afirma-se como *policy supporter*, pois apoia as iniciativas de outros estados europeus. Com efeito, de acordo com um diplomata francês, «o nível multilateral é importante para os países que não têm cooperação bilateral (e que gostariam de ter uma), enquanto os franceses, eles, “estão por toda a parte” e podem facilitar os contactos»<sup>94</sup>, agindo de acordo com uma «lógica do comportamento apropriado»<sup>95</sup>. A França é favorável aos diálogos encetados ao nível do COTER com os estados terceiros, apesar de esses diálogos serem mais úteis para os estados que não têm cooperação bilateral com certos estados terceiros<sup>96</sup>, «somos chefes de fila para alguns projetos, mas não são iniciativas propriamente ditas [...] se algo é importante para nós, fazemo-lo em bilateral, pois temos lá tudo: a língua [...] temos tudo»<sup>97</sup>.

EMBORA A POLÍTICA EURO-MEDITERRÂNICA SEJA COMPLEMENTAR EM RELAÇÃO À ESTRATÉGIA FRANCESA, AS RELAÇÕES BILATERAIS PERMANECEM CENTRAIS NO QUE RESPEITA AOS ESTADOS DO MAGREBE E A PARTICIPAÇÃO FRANCESA NOS PROJETOS FINANCIADOS COM FUNDOS EUROPEUS MANTÉM-SE PONTUAL.

## CONCLUSÕES

Desde há várias décadas que a França tem uma relação fortemente bilateralizada com a Tunísia, e esta bilateralização manteve-se mesmo após a institucionalização da relação entre a UE e a Tunísia – tanto no que diz respeito à questão migratória como à da luta contra o terrorismo. A imigração sempre teve alguma importância mas não constituiu uma preocupação fundamental, até que os dois estados assinaram o acordo de gestão concertada das migrações e desenvolvimento solidário de 2008 e com o receio do aumento dos fluxos de migrantes ilegais provocado pela revolução tunisina de 2011. Já o terrorismo manteve-se uma preocupação constante e a cooperação entre os serviços dos dois estados permaneceu, apesar das perturbações nas relações políticas.

Esta bilateralização foi também incentivada pela Tunísia (e por outros estados magrebinos) no sentido de preservar um estatuto algo privilegiado, apesar das tensões que a questão pode suscitar bilateralmente. Contudo, no sentido de reforçar a política francesa para o controlo dos fluxos migratórios, uma europeização crescente desenvolveu-se no âmbito da política mediterrânica da UE. A França afirmou-se como *policy shaper* e *policy supporter*. Da mesma forma, na área da luta contra o terrorismo a França continua a preferir uma bilateralização em todas as dimensões da cooperação, em particular por uma questão de eficácia, pois a França tem consciência das relações privilegiadas que mantém com os estados do Magrebe, apesar das resistências tunisinas. No entanto, a França pretende continuar a promover a luta contra o terrorismo na política externa europeia enquanto *policy supporter* e é favorável a um diálogo político ao nível da UE, independentemente dos modestos resultados. Trata-se, por conseguinte, de obter uma consolidação política. **R1**

Data de receção: 31 de agosto de 2013 | Data de aprovação: 3 de dezembro de 2013

**1** Uma grande parte das informações contidas neste artigo (inclusive as entrevistas) é resultado da investigação desenvolvida pela autora para a tese de doutoramento em Ciência Política [cotela internacionalmente entre a Sciences-Po Paris e a Universidade do Minho].

**2** O primeiro Livro Branco data de 1972, mas, tal como é nele mencionado, «não compete a um livro branco sobre a defesa tratar em profundidade a política externa da França» [tradução livre]. «Livre Blanc sur la Défense de 1972», cap. 1 [Consultado em: 12 de setembro de 2013], disponível em: [http://www.vie-publique.fr/documents-vp/livre\\_blan\\_1972.shtml](http://www.vie-publique.fr/documents-vp/livre_blan_1972.shtml); «Livre blanc sur la défense 1994». Paris: La Documentation Française, 1994, pp. 25, 32, 66, 73; «Défense et sécurité nationale: le Livre blanc». Paris: Odile Jacob, La Documentation française, 2008, pp. 25, 32, 64, 66.

**3** «Livre blanc sur la défense 1994», p. 11.

**4** Adotamos neste estudo uma definição alargada do conceito de segurança, proposto pela Escola de Copenhaga e que vai além do setor militar (económico, político, ambiental, societal) para incluir, questões de *soft security* ligadas à segurança política, concretamente o terrorismo e, como é por vezes possível notar nos discursos oficiais, ligada à segurança societal, a imigração. BUZAN, Barry, WAEVER, Ole e DE WILDE, Jaap – *Security: a New Framework for Analysis*. Boulder: Lynne Rienner, 1998, p. 121. Além disso, excluímos qualquer associação *a priori* entre os dois fenómenos.

**5** Para esta dimensão, utilizamos parcialmente a classificação de Tanja Börzel – *policy shaper e policy taker*. BÖRZEL, Tanja – «Shaping and Taking EU policies: member state responses to Europeanization». In *Queen's Papers on Europeanisation*, 2003, n.º 2. [Consultado em: 25 de janeiro de 2006]. Disponível em: <http://www.qub.ac.uk/schools/SchoolofPoliticalInternationalStudiesandPhilosophy/FileStore/EuropeanisationFiles/Filetoupload.38412.en.pdf>. Mas em vez de utilizar a sua terceira categoria – *fence sitting* –, introduzimos o conceito de *policy supporter*.

**6** Escolhemos a classificação apresentada por Cláudio Radaelli – inércia, absorção, acomodação e recuo. RADAELLI, Cláudio M. – «Whither europeanization? Concept stretching and substantive change». In *European Integration Online Paper*. Vol. 4, N.º 8, pp. 14-15 [Consultado em: 4 de abril de 2006]. Disponível em: <http://eiop.or.at/eiop/texte/2000-008a.htm>; RADAELLI, Cláudio M. – «Europeanization of public policy». In FEATHERSTONE, Kevin, e RADAELLI, Claudio [eds.] – *The Politics of Europeanization*. Oxford: Oxford University Press, 2003, pp. 37-38.

**7** WONG, Reuben – «Foreign policy». In GRAZIANO, Paolo, e VINK, Maarten [eds.]

– *Europeanisation: New Research Agendas*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2007, p. 327.

**8** RADAELLI, Claudio M. – «Whither europeanization? Concept stretching and substantive change», p. 4; BULMER, Simon, e BURCH, Martin – «Coming to terms with Europe: europeanisation, whithell and the challenge of devolution». In *Queen's Papers on Europeanisation*, 2000, N.º 9, p. 2 [Consultado em: 27 de março de 2007]. Disponível em: <http://www.qub.ac.uk/ies-old/onlinepapers/poe9.pdf>

**9** Não nos referimos, no entanto à análise discursiva como entendida pelos construtivistas. Trata-se de encontrar, nas diversas fontes, expressões, provas de uma projeção de preferências nacionais e/ou de receção.

**10** A europeização aparece então como uma estrutura de oportunidade política que oferece aos atores recursos suplementares e a UE é então reconhecida pelos estados-membros como tal. BÖRZEL, Tanja, e RISSE, Thomas – «Conceptualizing the domestic impact of Europe». In FEATHERSTONE, Kevin, e RADAELLI, Claudio [eds.] – *The Politics of Europeanization*. Oxford: Oxford University Press, 2003, p. 63; HALL, Peter A., e TAYLOR, Rosemary C. R. – «Political science and the three new institutionalisms». In *Political Studies*. Vol. XLIV, 1996, p. 939; SAURUGGER, Sabine – *Théories et Concepts de l'intégration européenne*. Paris: Presses de la Fondation nationale des Sciences politiques, 2009, p. 203.

**11** SCHAIN, Martin A. – *The Politics of Immigration in France, Britain and the United States: A Comparative Study*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2008, p. 116.

**12** France. Cour des Comptes. «L'accueil des immigrants et l'intégration des populations issues de l'immigration. Rapport au Président de la République suivi des réponses des administrations et des organismes intéressés». Paris: Direction des journaux officiels, novembro de 2004, cap. 11.

**13** A 29 de maio de 2002, Nicolas Sarkozy apresentou ao Conselho de Ministros uma comunicação sobre a lei «d'orientation et de programmation de sécurité intérieure» cujo um dos componentes é dedicado à luta contra a imigração clandestina. O ministro declarou: «[D]epuis trop longtemps, beaucoup de ces sujets ont été considérés dans notre pays comme tabous. En parler était déjà suspect. C'est ainsi qu'il serait impossible d'évoquer l'immigration clandestine, alors même qu'il s'agit d'une préoccupation essentielle de nos concitoyens». SARKOZY, Nicolas – «Sécurité intérieure». Sessão extraordinária de 2001-2002, 16 de julho de 2002. [Consultado em: 10 de abril de 2008]. Disponível em: [www.assemblee-nationale.fr](http://www.assemblee-nationale.fr)

**14** Com efeito, o ministro referiu que a associação dos termos terrorismo e imigração poderia chocar algumas pessoas, mas justificou essa associação pelo facto de só ser possível lutar contra esses fenómenos através de uma cooperação internacional. SARKOZY, Nicolas – «Bilan des actions de coopération internationale», 11 de fevereiro de 2004. [Consultado em: 28 de março de 2008]. Disponível em: [http://www.interieur.gouv.fr/misill/sections/a\\_interieur/le\\_ministre/inter-ventions/archives-nicolas-sarkozy/11-02-2004-bilan-cooperation/view](http://www.interieur.gouv.fr/misill/sections/a_interieur/le_ministre/inter-ventions/archives-nicolas-sarkozy/11-02-2004-bilan-cooperation/view)

**15** JARASSE, Jim – «Valls évoque une remise en cause du regroupement familial». In *Le Figaro.fr*, 20 de agosto de 2013, [Consultado em: 6 de setembro de 2013]. Disponível em: <http://www.lefigaro.fr/politique/2013/08/20/01002-20130820ARTF1G00224-immigration-valls-evoque-une-remise-en-cause-du-regroupement-familial.php>

**16** Por oposição a «alvo de oportunidade». Entrevista a um funcionário do Ministério da Defesa Nacional de França, julho de 2008.

**17** Em 2006, Ayman Al-Zawahiri declarou que a França devia ser castigada. Acerca da ameaça de Al-Qaeda em França, cf. SFEIR, Antoine – *Al Qaida Menace la France*. Paris: Le Cherche Midi, 2007.

**18** O novo código penal inclui a incriminação por terrorismo e as penas são agravadas em função do nível de intenção. Entrevista com um antigo funcionário do Quai d'Orsay, Paris, junho de 2008.

**19** Apesar das modificações repetidas à lei de 22 de julho de 1996, nomeadamente as leis de 15 de novembro de 2001 ou a de 9 de setembro de 2002.

**20** Entre os principais são apontados os de Ayman Al-Zawahiri de 24 fevereiro de 2004 e o de Abou Moussab Al-Zarkau, chefe da Al-Qaeda no Iraque, publicado a 18 de maio de 2005 para denunciarem a lei que proíbe os sinais religiosos na escola; ou ainda as declarações do emir do Grupo Salafista para a Predicação e o Combate (GSPC), durante o verão de 2005 e que designou a França como «inimigo n.º 1». FRANCE. Premier Ministre. *Livre Blanc sur la sécurité intérieure face au Terrorisme*. 14 mars 2006. 2ème partie, p. 34 [Consultado em: 31 de março de 2008]. Disponível em: [www.diplomatie.gouv.fr/fr/IMG/pdf/lb\\_terrorisme.pdf](http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/IMG/pdf/lb_terrorisme.pdf)

**21** Lei n.º 2003-239 de 18 de março de 2003 para a segurança interna.

**22** Lei n.º 2004-204 de 9 de março de 2004 sobre a adaptação da Justiça às evoluções da criminalidade.

**23** A lei transpôs a decisão-quadro 2008/919/JAI de 28 de novembro de 2008 que modificou a decisão-quadro 2002/475/JAI.

- 24 Os esforços de Dominique de Villepin conduziram à criação do Conseil de Renseignement Intérieur (UCLAT, DCRI, GNR e polícia nacional) e à elaboração de um Livro Branco da Segurança dos Franceses sob o patrocínio do primeiro-ministro. HEISBOURG, François – «Lutte antiterroriste: initiatives politiques et législatives». In HEISBOURG, François, e MARRET, Jean-Luc – *Le terrorisme en France aujourd'hui*. Sainte Marguerite sur Seine: Ed. des Equateurs, 2006, pp. 69-71.
- 25 «Exposé des motifs», Lei n.º 2006-64 de 23 de janeiro de 2006 relativa à luta contra o terrorismo e disposições diversas relativas à segurança e aos controlos fronteiriços. Disponível em: <http://legifrance.gouv.fr/>
- 26 GHORBAL, Samy – «Ben Ali, de Chirac à Sarkozy». In *Jeune Afrique*, 10 de setembro de 2008. [Consultado em: 5 de abril de 2009]. Disponível em: <http://www.jeuneafrique.com/Article/LIN27048benalyzokra0/-France-diplomatie-Nicolas-Sarkozy-Zine-el-Abidine-Ben-Ali-Ben-Ali-de-Chirac-a-Sarkozy.html>; WILLIS, Michael J. – «Containing radicalism through the political process in North Africa». In *Mediterranean Politics*. Vol. 11, N.º 2, julho de 2006, pp. 139-140.
- 27 *Ibidem*.
- 28 GHORBAL Samy – «Ben Ali, de Chirac à Sarkozy»; AFP/Reuter – «Paris doit demander des comptes au président tunisien, selon les défenseurs des droits de l'homme». In *Le Monde*, 21 de outubro de 1997; BEAUGE, Florence – «La presse française, source d'incompréhension profonde entre Tunis et Paris». In *Le Monde*, 8 de fevereiro de 2000, p. 4.
- 29 Nomeadamente banir a utilização da língua francesa ou um *rapprochement* com os Estados Unidos. DAGUZAN, Jean-François – «France and the Maghreb: the end of the special relationship?». In ZOU-BIR, Yahia, e HAIZAM, Amirah-Fernandez – *North Africa: Politics, Region, and the Limits of Transformation*. Nova York: Routledge, 2008, p. 335.
- 30 BARLUET, Alain, e JAIGU, Charles – «A Tunis, Sarkozy "ne donne pas de leçons"». In *Le Figaro.fr*, 29 de abril de 2008. [Consultado em: 7 de setembro de 2013] <http://www.lefigaro.fr/international/2008/04/29/01003-20080429ARTFIG00262-sarkozy-signe-en-tunisie-un-accord-sur-l-immigration.php>
- 31 L'Express.fr – «Un Sarkozy très consensuel en Tunisie». In *L'Express.fr*, 30 de abril de 2008. [Consultado em: 22 de novembro de 2012]. Disponível em: [http://www.lexpress.fr/actualite/monde/un-sarkozy-tres-consensuel-en-tunisie\\_472474.html](http://www.lexpress.fr/actualite/monde/un-sarkozy-tres-consensuel-en-tunisie_472474.html).
- 32 GHORBAL, Samy – «Ben Ali, de Chirac à Sarkozy».
- 33 As prioridades de política externa são apresentadas geralmente em agosto no discurso do Presidente da República ao corpo diplomático em funções em Paris.
- SARKOZY, Nicolas – «XIX<sup>e</sup> conférence des Ambassadeurs: Allocution du Président de la République», 31 de agosto de 2011. [Consultado em: 30 de outubro de 2012]. Disponível em: [http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/ministere\\_817/evenements\\_11561/conference-ambassadeurs\\_17120/xixe-conference-ambassadeurs31-aout2-septembre2011\\_21189/xixeme-conference-ambassadeurs-allocation-alain-juppe-paris1er-septembre2011\\_94928.htm](http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/ministere_817/evenements_11561/conference-ambassadeurs_17120/xixe-conference-ambassadeurs31-aout2-septembre2011_21189/xixeme-conference-ambassadeurs-allocation-alain-juppe-paris1er-septembre2011_94928.htm); HOLLANDE, François – «Discours de M. le Président de la République: XX<sup>e</sup> conférence des Ambassadeurs», 27 de agosto de 2012. [Consultado em: 4 de novembro de 2012] Disponível em: <http://www.elysee.fr/president/root/bank/pdf/president-13809.pdf>
- 34 SAINT ROBBESPIERRE, Alain – «France-Tunisie: Hollande en raccompteur de relation [online]». In *Courrier International*, 19 de julho de 2012.
- 35 Os recursos derivam da história e da geografia, constituindo «as forças básicas» da política externa que fixam os limites do impacto de um país no mundo. HILL, Christopher – *The Changing Politics of Foreign Policy*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003, p. 136.
- 36 Consultar igualmente Marie-Christine Kessler para outra classificação: força, direito, administração, finanças e negociação. KESSLER, Marie-Christine – *La politique étrangère de la France: Acteurs et processus*. Paris: Presses de Sciences-Po, 1999.
- 37 Consultar o *continuum* entre poder e influência dos diferentes instrumentos proposto por HILL, Christopher – *The Changing Politics of Foreign Policy*, p. 135.
- 38 «La France et la Tunisie: relations économiques», Ministère des Affaires étrangères, França. [Consultado em: 8 de fevereiro de 2009]; Disponível em: [http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/pays-zones-geo\\_833/tunisie\\_411/france-tunisie\\_1247/index.html#so\\_2](http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/pays-zones-geo_833/tunisie_411/france-tunisie_1247/index.html#so_2). *Documents cadre de Partenariat France-Tunisie* (2006-2010), Ministère des Affaires étrangères, França. [Consultado em: 30 de julho de 2009]. Disponível em: [http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/pays-zones-geo\\_833/tunisie\\_411/france-tunisie\\_1247/presentation\\_4450/document-cadre-partenariat-france-tunisie-dcp2006-2010\\_65358.html](http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/pays-zones-geo_833/tunisie_411/france-tunisie_1247/presentation_4450/document-cadre-partenariat-france-tunisie-dcp2006-2010_65358.html)
- 39 *Documents cadre de partenariat France-Tunisie* (2006-2010).
- 40 O país beneficiou de um regime particular (tal como os argelinos e os marroquinos) para a imigração em particular em termos de estadia e emprego: Decreto n.º 63-1055 de 15 de outubro de 1963, «Convention de main d'œuvre et de Protocole relatif à la formation professionnelle des adultes entre la France et la Tunisie», 9 de agosto de 1963; Decreto n.º 64-214 de 6 de março de 1964, «Échanges de note sur le régime de circulation des personnes du 29 janvier 1964». Estes dois acordos foram fundidos num acordo único, assinado em 1988, Decreto
- n.º 89-87 de 8 de fevereiro de 1989. Houve dois aditamentos a este acordo, um em 1992 e outro em 2000. Como Marrocos, a Tunísia não desejava alinhar o seu regime com o regime comum. Entrevista no Ministério do Trabalho, das relações sociais, da família e da solidariedade, Paris, outubro de 2008.
- 41 Entrevista com um deputado francês, Paris, novembro de 2008 (tradução livre).
- 42 Pelo contrário, o discurso francês preconiza que muito já foi feito com cerca de 80 mil vistos por ano, mas fomentando a confiança mútua, seria possível simplificar a imigração legal. Consulat général de France en Tunisie. *Circulation des personnes*. [Consultado em: 7 de fevereiro de 2011]. Disponível em: [http://www.ambassadefrance-tn.org/france\\_tunisie/spip.php?article280#La-circulation-des-personnes](http://www.ambassadefrance-tn.org/france_tunisie/spip.php?article280#La-circulation-des-personnes); VILLEPIN, Dominique de – «Visite en Tunisie – conférence de presse du ministre des affaires étrangères», 14 de novembro de 2002. [Consultado em: 24 de novembro de 2010]. Disponível em: <http://basedoc.diplomatie.gouv.fr/ext-pph/cadcgpp.php>
- 43 RAFFARIN, Jean-Pierre – «Déclaration de M. premier ministre, sur la coopération économique franco-tunisienne, la définition d'un "espace de voisinage" euro-méditerranéen, la lutte contre les discriminations au travail, la politique d'immigration et la logique des quotas», Tunes, 31 de janeiro de 2005. [Consultado em: 12 de maio de 2008]. Disponível em: <http://discours-publics.vie-publique.fr/cdp/html/053000441.html>
- 44 «Immigration choisie» [tradução livre].
- 45 As autoridades tunisinas consideraram que as autoridades francesas fizeram mostra de demasiada tolerância em relação aos oponentes do regime de Ben Ali. França. Ministère de l'intérieur. *Note sur la Tunisie*, 2008.
- 46 «Os tunisinos são negociadores muito duros. Quando negociámos o acordo de gestão concertada de fluxos, os tunisinos deram a entender que não se tratava de uma cooperação técnica no campo migratório, mas que eramos parceiros». (Tradução livre) Entrevista com um alto funcionário, Ministério do Interior, Paris, outubro de 2008.
- 47 O primeiro contém a circulação das pessoas, o acolhimento e permanência dos estudantes assim como a imigração laboral; o segundo integra a readmissão e a cooperação policial. Embaixada da Tunísia em França. «Coopération bilatérale». [Consultado em: 4 de setembro de 2013]. Disponível em: <http://ambassade-tunisie.fr/index.php/fr/social/cooperation-bilaterale>
- 48 Esta ligeira diminuição poderá estar ligada aos acontecimentos da primavera árabe e à revolução que teve início em janeiro de 2011. «Rapport au Parlement – Les orientations de la politique de l'immigration et de l'intégration – Septième

rapport établi en application de l'article L.111-10 du Code de l'entrée et du séjour des étrangers et du droit d'asile». Secrétariat général du Comité interministériel de contrôle de l'immigration. Paris: La Documentation française, março de 2011, p. 29; «Rapport au Parlement – Les orientations de la politique de l'immigration et de l'intégration-Neuvième rapport établi en application de l'article L.111-10 du Code de l'entrée et du séjour des étrangers et du droit d'asile». Secrétariat général du Comité interministériel de contrôle de l'immigration. Paris: La Documentation française, dezembro de 2012, p. 27.

**49** O acordo foi assinado por Rafik Belhaj Kacem, ministro do Interior e Eric Besson, ministro da Imigração. «Immigration clandestine: accord de coopération entre la France et la Tunisie». In *Jeune Afrique*. fr, 3 de julho de 2010. [Consultado em: 25 de setembro de 2013]. Disponível em: <http://www.jeuneafrique.com/actu/2010/0703T164814Z20100703T164802Z/>

**50** Entrevista com um diplomata francês, Paris, março de 2008.

**51** Declaração da Agência Frontex. No total, 112 844 entradas irregulares entre janeiro e setembro contra 76 697 em 2010. AFP. «Le Printemps arabe a doublé les migrations irrégulières vers l'UE». In *Le Point.fr*, 16 de novembro de 2011. [Consultado em: 23 de outubro de 2013]. Disponível em [http://www.lepoint.fr/monde/le-printemps-arabe-a-double-les-migrations-irregulieres-vers-l-ue-16-11-2011-1396948\\_24.php](http://www.lepoint.fr/monde/le-printemps-arabe-a-double-les-migrations-irregulieres-vers-l-ue-16-11-2011-1396948_24.php)

**52** SCHMIDT, Heike – «France, Italie: dispute diplomatique sur fond de naufrage mortel». In *Rfi.fr*, 7 de abril de 2012. [Consultado em: 16 de outubro de 2013]. Disponível em: <http://www.rfi.fr/europe/20110406-france-italie-dispute-diplomatique-fond-naufrage-mortel>

**53** Entrevista no Conselho de Ministros da UE, abril de 2008.

**54** Entrevista telefônica, Delegação da Comissão Europeia na Tunísia, abril de 2008.

**55** A primeira sessão de formação EURO-MED Migration III para a prevenção contra a imigração irregular ocorreu em 2012, em Lisboa. O programa de formação tinha uma duração de dois anos. Em 2013, em Budapeste, foi igualmente organizada uma sessão de *peer to peer* sobre a questão da imigração irregular, estando a próxima prevista já para setembro de 2014, em Espanha. Consultar <http://www.icmpd.org/Events.2333.0.html> [Consultado em: 5 de novembro de 2012]; «The EUROMED Migration meeting focused on the management of mixed migration flows», Comissão Europeia, 4 de junho de 2013. [Consultado em: 5 de junho de 2013]. Disponível em: [http://www.euromed-migration.eu/fr/news/news/?tx\\_ttnews%5Btt\\_news%5D=18&cHash=4668826aaec7b47e9937e37d0ce3262e](http://www.euromed-migration.eu/fr/news/news/?tx_ttnews%5Btt_news%5D=18&cHash=4668826aaec7b47e9937e37d0ce3262e)

**56** A França participou nas operações Hera I, II (2006) e III (2007), assim como

na operação «Nautilus» (2007). Para mais informações, consultar o *website* da Frontex: <http://www.frontex.europa.eu/>

**57** Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Portugal, Luxemburgo e Reino Unido. França. Secrétariat général du comité interministériel de contrôle de l'immigration. Rapport au Parlement: Les orientations de la politique de l'immigration. Paris: La Documentation française, dezembro de 2007, p. 12.

**58** «Le programme de Nicolas Sarkozy: l'immigration choisie». In *L'Express.fr*, 6 de abril de 2007. [Consultado em: 20 de dezembro de 2009]. Disponível em: [http://www.lexpress.fr/actualite/politique/le-programme-de-nicolas-sarkozy-l-immigration-choisie\\_477401.html](http://www.lexpress.fr/actualite/politique/le-programme-de-nicolas-sarkozy-l-immigration-choisie_477401.html)

**59** «Pacto Europeu sobre a Imigração e o Asilo», Doc. 13440.08, Conselho da União Europeia, 24 de setembro de 2008.

**60** «Communication de la Commission au Parlement européen, au Conseil, au Comité économique et social européen et au Comité des régions, Approche globale de la question des migrations et de la mobilité». COM(2011)743 final, Comissão Europeia, Bruxelas, 18 de novembro de 2011, p. 2.

**61** *Ibidem*.

**62** Marrocos, Tunísia, Egito, Líbano e Jordânia são parceiros privilegiados antigos. COUSTILLERE, Jean-François – «Les rapports Europe-Maghreb en matière de sécurité et de défense», L'Année du Maghreb, IV | 2008, Parag. 36. [Consultado em: 3 de junho de 2012]. Disponível em: <http://anneemaghreb.revues.org/478>

**63** A Tunísia foi vítima da Al-Qaeda depois de 2001 com o atentado de Djerba a 11 de abril de 2002 (21 mortos, dos quais dois franceses), mas mesmo se a ameaça está latente sobre a Tunísia, esta organização terrorista não tinha conseguido seduzir a juventude tunisina tendo em conta a situação precária e instável do seu vizinho argelino. GUIDERE, Mathieu – *Al-Qaïda à la conquête du Maghreb: Le terrorisme aux portes de l'Europe [enquête]*. Mónaco: Editions du Rocher, 2007, p. 211.

**64** BRAS, Jean-Philippe – «Le Maghreb dans la "guerre contre le terrorisme": enjeux juridiques et politiques des législations "antiterroristes"». In *Année du Maghreb II*, § 4.

**65** Entrevista do Presidente Ben Ali no *Figaro* (2 de agosto de 1994) citado em Jean-Philippe Bras, § 5.

**66** QUAZANI, Cherif – «Lutte antiterroriste: en attendant l'union sacrée». In *Jeune Afrique*, 25 de março de 2008. [Consultado em: 24 de março de 2010]. Disponível em: [http://www.jeuneafrique.com/Articleimp\\_LIN23038lutterecasn0\\_lutte-antiterroriste-en-attendant-l-union-sacree.html](http://www.jeuneafrique.com/Articleimp_LIN23038lutterecasn0_lutte-antiterroriste-en-attendant-l-union-sacree.html)

**67** «Arrangement de coopération en matière de sécurité intérieure entre le

Ministère de l'Intérieur de la République française et le Ministère de l'Intérieur de la République tunisienne», assinado em 7 de março de 1988.

**68** CHEVÈNEMENT, Jean-Pierre – «Point presse du ministre de l'intérieur sur la coopération bilatérale entre la France et la Tunisie, notamment dans le domaine de la sécurité et de la lutte contre le terrorisme, les rapports entre la France et l'Islam et la politique de l'immigration». Tunes, 27 de março de 1998. [Consultado em: 24 de maio de 2008]. Disponível em: <http://discours-publics.vie-publique.fr/cdp/html/983001006.html>

**69** Apesar de não termos tido acesso ao discurso ou conferência de imprensa do ministro do Interior efetuada de 30 de outubro a 1 novembro de 2002.

**70** Autor dos atentados contra a sinagoga de Djerba. A célula encontrava-se nos arredores de Lyon. SARKOZY, Nicolas – «Bilan des actions de coopération internationale».

**71** Entrevista com um alto funcionário, Ministério da Defesa, setembro de 2008.

**72** *Ibidem*.

**73** *Ibidem*.

**74** *Documents cadre de partenariat France-Tunisie (2006-2010)*.

**75** Marzouki em Paris: 17 a 19 de julho de 2012, 12 de abril de 2013; Hollande em Tunes 4 e 5 de julho de 2013.

**76** «François Hollande: La France suit le processus de transition en Tunisie sans ingérence mais sans indifférence». In *Direct Info*, 4 de julho de 2013. [Consultado em: 26 de agosto de 2013]. Disponível em: <http://directinfo.webmanagercenter.com/2013/07/04/francois-hollande-la-france-suit-le-processus-de-transition-en-tunisie-sans-ingerence-mais-sans-indifference/>

**77** *Ibidem*.

**78** A zona montanhosa da fronteira com a Argélia e a fronteira com a Líbia fazem contrabando de armas, sendo zonas sensíveis para a Tunísia. «France to Turn Tunisia Debt Into Development». In *The Epoch Times*, 5 de julho de 2013.

**79** *Ibidem*.

**80** *Ibidem*.

**81** Para lutar contra o terrorismo, a criminalidade internacional, a droga e a imigração clandestina. DE CHARETTE, Hervé – «La politique méditerranéenne de la France et de l'Union européenne à la veille de la conférence de Barcelone. Intervention du Ministre des affaires étrangères à l'Assemblée nationale». Paris, 21 de novembro de 1995. [Consultado em: 29 de março de 2008]. Disponível em: <http://www.doc.diplomatie.gouv.fr/BASIS/epic/www/doc/DDW?M=1207&K=975273991&W=DATE+%3C+%2730.11.1997%27+AND+TE>

XTE+PH+IS+%27Herv%E9+de+Charette%27+ORDER+BY+DATE/Descend

**82** *Ibidem*.

**83** *Ibidem*. EUROMED. Troisième conférence euro-méditerranéenne des ministres des affaires étrangères. Conclusions formelles de la présidence. Stuttgart, 15 et 16 avril 1999. § 11; cf. DAGUZAN, Jean-François – «La Charte euro-méditerranéenne pour la Paix et la Stabilité: éléments juridiques et politiques». *Études Internationales*, março-junho de 2001, n.º 78-79, pp. 31-50.

**84** Entrevista com um alto funcionário francês, Ministério do Interior, dezembro de 2008.

**85** «Présidence française de l'Union européenne 1<sup>er</sup> juillet-31 décembre 2000 – programme de travail», Doc SN3417/2/00 REV 2 LIMITE. Bruxelles, 1 de julho de 2000, p. 39.

**86** «Présidence française de l'Union européenne 1<sup>er</sup> juillet-31 décembre 2000-programme de travail: une Europe qui agit pour répondre aux défis d'aujourd'hui», Présidence du Conseil de l'Union européenne, pp. 29 e 31.

**87** CHIRAC, Jacques – *Discours du Président de la République, lors de la présentation des vœux du Corps diplomatique*. Palais de l'Élysée, 4 de janeiro de 2002. [Consultado em: 9 de maio de 2007]. Disponível em: <http://www.elysee.fr/elysee/>

[elysee.fr/francais/interventions/discours\\_et\\_declarations/2002/janvier/discours\\_du\\_president\\_de\\_la\\_republique\\_lors\\_de\\_la\\_presentation\\_des\\_voeux\\_du\\_corps\\_diplomatique.29292.html](http://elysee.fr/francais/interventions/discours_et_declarations/2002/janvier/discours_du_president_de_la_republique_lors_de_la_presentation_des_voeux_du_corps_diplomatique.29292.html) [tradução livre]. VILLEPIN, Dominique de – «Point de presse de M. le ministre des affaires étrangères, de la coopération et de la francophonie, sur l'enjeu de la Méditerranée à l'heure de l'élargissement de l'Union européenne et les propositions françaises pour la relance du partenariat euro-méditerranéen dans le cadre du processus de Barcelone, et sur la Côte d'Ivoire», Naples, 3 de dezembro de 2003. [Consultado em: 14 de janeiro de 2011]. Disponível em: <http://discours.vie-publique.fr/notices/033004236.html>

**88** Entrevista com um alto funcionário da Representação Permanente da França junto da UE, março de 2008 [tradução livre].

**89** Entrevista telefónica, delegação da Comissão Europeia na Tunísia, abril de 2008.

**90** «Plan d'action UE/Tunisie», Comissão Europeia, maio de 2004, pp. 25-26. [Consultado em: 7 de abril de 2008]. Disponível em: [ec.europa.eu/world/enp/pdf/action\\_plans/tunisia\\_enp\\_ap\\_final\\_fr.pdf](http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/action_plans/tunisia_enp_ap_final_fr.pdf)

**91** «Plan d'action UE/Tunisie», Comissão Europeia, p. 7.

**92** «Sommet euro-méditerranéen organisé à l'occasion du dixième anniversaire

du partenariat euro-méditerranéen», Euromed, Barcelona, 27 e 28 de novembro de 2005. «Code de conduite euro-méditerranéen en matière de lutte contre le terrorisme», 15075/05 [Presse 328], 28 de novembro de 2005, Bruxelas.

**93** Entrevista telefónica com um membro da Comissão, Rabat, abril de 2008.

**94** Entrevista com um diplomata francês, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Europeus, maio de 2008.

**95** March e Olsen definem *appropriateness* como regras que incluem as dimensões normativas e cognitivas e estas são seguidas «porque são vistas como naturais, legítimas, esperadas. Os atores procuram cumprir as obrigações "contidas" num papel, numa identidade, a pertença a uma comunidade política ou um grupo e práticas e expectativas dessas instituições. Ou seja, quando estão inseridos numa coletividade social, fazem o que consideram ser apropriado para eles numa situação específica» [tradução livre]. MARCH, James G., e OLSEN, Johan – «The logic of appropriateness». In *Arena Working Papers*. N.º 9, 2004, p. 3. [Consultado em: 4 de janeiro de 2007]. Disponível em: <http://www.arena.uio.no/publications/>

**96** Entrevista com diplomata francês, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Europeus, maio de 2008.

**97** *Ibidem*.